A Estrada para Basra e a Ética da Perseguição

Stacy R. Obenhaus

DURANTE as últimas horas da Guerra do Golfo Pérsico, aeronaves da coalizão da ONU atacaram uma coluna militar iraquiana que se retirava da Cidade de Kuwait por uma estrada para Basra, no Iraque. Os aviões bombardearam a frente e retaguarda da coluna, bloqueando a retirada da mesma e criando um enorme engarrafamento. Em seguida, metralharam as viaturas que ficaram presas.[1] Terminado o ataque, centenas de viaturas destruídas e dúzias de iraquianos mortos jaziam espalhados pela estrada — uma devastação que um repórter do Washington Post apelidou de "Rodovia da Morte".[2]

Os militares justificaram o ataque como sendo compatível com a doutrina militar e a lei internacional, mas os críticos condenaram o ataque como sendo imoral.[3] Outros o simplificaram como sendo uma "carnificina" ou um "massacre".[4]

Por outro lado, falavam em termos de uma "guerra justa", para discutiar a moralidade da ação.[5] Então, um revidou dizendo que a operação "não era uma guerra de acordo com as regras *jus in bello* (como deve ser conduzida a guerra)… já que os que foram incinerados não tinham a capacidade de se defender."[6] Alguém foi mais longe, atribuindo aos soldados em retirada a condição de não combatentes, pois o ataque havia sido o equivalente a um " tiro ao alvo."[7]

Porém, em termos de uma analise ética padronizada, essas críticas foram inadequadas. Nenhuma preenchia o critério de uma explicação deliberada e completa de uma ética aplicável. Davam pouca atenção a fatores morais relevantes às ações das forças da coalizão. Portanto, fracassaram em analisar de forma racional a questão moral crítica que pode ressurgir nos conflitos limitados da era pós-Guerra-Fria: pode uma força militar, com absoluta superioridade, justificar a perseguição e destruição de uma força inimiga inferior que aparentemente desistiu do combate?

Esta é uma questão crítica por dois motivos. Primeiro, o uso de força decisiva é um componente central da doutrina militar dos EUA, e os manuais de campanha do Exército afirmam que a destruição de forças inimigas em retirada é a meta principal da perseguição.[8] Segundo, e possivelmente de maior importância, a mídia deu muita atenção às cenas de destruição ao longo da "Rodovia da Morte", no final da Guerra do Golfo Pérsico. O temor que tal atenção por parte da mídia pudesse afetar a opinião pública de forma negativa, pode ter motivado os líderes dos EUA a terminar a guerra antes do tempo.[9]

Os líderes políticos e militares devem enfrentar um público cada vez mais preocupado com a moralidade da guerra moderna convencional. Este artigo trata justamente desse tema. Questiona se as forças de coalizão violaram o critério da guerra justa quando bombardearam sem piedade a coluna iraquiana. Esta pergunta é relativa ao critério *jus in bello* da proporcionalidade. Supondo que a própria Guerra do Golfo foi moralmente justificada, a aplicação deste critério sugeriria que o bombardeamento não excedeu aos limites morais da guerra.

O Princípio da Proporcionalidade

A lógica da guerra justa divide os princípios do raciocínio sobre a moralidade da guerra em duas categorias: o *jus ad bellum,* ou, o critério para iniciar a guerra, e o *jus in bello,* este representando os requisitos para conduzir uma guerra.[10] Esta discussão estabelece o que já foi debatido por outros, que a decisão da Coalizão em usar força militar contra o Iraque foi moralmente justificada, portanto satisfazendo o critério *jus ad bellum*. Se as ações da Coalizão não tivessem satisfeito o critério, o bombardeamento teria sido um erro. Se a Coalizão estave certa em declarar guerra, então a questão sobre a justificativa do bombardeamento permanece.

Assim, enquanto a resposta à questão sobre o *jus ad bellum* não é indisputável, a questão sobre o *jus in bello* põe em dúvida o assunto mais urgente, o que mais preocupou o público norte-americano e os seus líderes.

O critério principal *jus in bello* — o princípio da discriminação e o princípio da proporcionalidade — tem a ver com as regras de engajamento, com a maneira que a guerra é combatida. O princípio da discriminação proíbe o ataque direto e intencional contra alvos não combatentes.[11] A questão sobre a validade do bombardeamento não invoca este princípio, pois a coluna iraquiana, aparentemente, continha apenas pessoal militar que havia estado ocupando a Cidade de Kuwait.[12] Na ausência de não combatentes, apenas o princípio da proporcionalidade limita o uso de armas.[13] Portanto, com relação à questão do bombardeamento ter ou não ter satisfeito o critério da guerra justa, o enfoque apropriado deve ser relativo a se houve ou não violação do princípio da proporcionalidade.[14]

Em geral, aplicar o princípio da proporcionalidade significa determinar "os limites máximos do uso da força que possam ser empregados, racionalmente" tendo em vista os objetivos de uma guerra justa.[15] Em outras palavras, não se deve aleijar um oponente se for possível apenas desarmá-lo, e não se deve matar um oponente, sempre que, apenas feri-lo seja suficiente para o fim desejado.[16] A conquista de objetivos legítimos ainda exige o emprego mínimo da força. O princípio da proporcionalidade afirma que, satisfazer ao princípio da discriminação não justifica a matança indiscriminada de combatentes.[17]

Aplicando a Proporcionalidade

William V. O'Brien explica que, aplicar o princípio da proporcionalidade envolve dois passos. Primeiro, os líderes determinam se os danos previsíveis de suas táticas são proporcionais a um fim militar discreto e legítimo. A legitimidade do fim militar faz parte da lei internacional e do julgamento do que seria considerado razoável em vista da prática militar regulamentar. Segundo, líderes devem decidir se os danos são proporcionais ao objetivo da guerra — a causa justa. O cálculo da proporcionalidade dos meios empregados envolve equilibrar os prováveis prós e contras de uma guerra justa com a probabilidade do sucesso.[18]

O modelo de O'Brien supõe que o segundo passo foi tomado com relação aos objetivos apropriados de guerra, durante a operação *Desert Storm.* Este artigo supõe que os obetivos de guerra da coalizão satisfizeram o critério *jus ad bellum*. Os objetivos expressos na Resolução 678 do Conselho de Segurança da ONU autorizaram as forças de coalizão a usarem "todos os meios necessários" para assegurar que se respeitasse a Resolução 660 do Conselho de Segurança que exigia a retirada incondicional iraquiana do Kuwait.[19] A legitimidade do objetivo da coalizão, de assegurar a estabilidade e segurança regional por meio da redução do poder militar iraquiano, tem sido debatida porque as resoluções da ONU não o autorizaram de maneira clara. De qualquer forma, existem três motivos para afirmá-la.[20] Primeiro, era um objetivo claro, embora não explícito, dos EUA.[21] Segundo, comentaristas têm oferecido argumentos racionais provando que esse objetivo satisfez o critério *jus ad bellum*.[22] Terceiro, a Resolução 678 da ONU expressamente autorizou a coalizão a usar "todos os meios necessários para restaurar a paz internacional e a segurança da área."

A dificuldade está em como aplicar o modelo de O'Brien a uma situação histórica concreta. Paul Ramsey nos dá um exemplo: a justificativa para o uso de um gás incapacitante durante uma guerra de contra-

O critério principal jus in bello — o princípio da discriminação e o princípio da proporcionalidade — tem a ver com as regras de engajamento, com a maneira que a guerra é combatida. O princípio da discriminação proíbe o ataque direto e intencional contra alvos não combatentes.

insurgência. Usar um gás nauseante contra forças inimigas entrincheiradas aparentemente torna a guerra menos destrutiva dentre a área em questão e, portanto, mais proporcional. O objetivo da guerra moderna é a incapacitação em vez da morte, e o uso do gás em vez do lança-chamas serviria para o fim desejado sem uma matança desnecessária. Porém, quando se consideram todas as possíveis conseqüências, o uso de gás incapacitante poderia levar ao uso de gás mortífero pelo inimigo, tornando desproporcional um ato que aparenta ser proporcional, dentro do contexto imediato da batalha.[23] O exemplo do gás lacrimogêneo apresentado por Ramsey demonstra que a questão da proporcionalidade pode envolver o julgamento do equilíbrio favorável de efeitos positivos e negativos imediatos, contra a possibilidade de um desequilíbrio desfavorável de efeitos positivos e negativos mais distantes.

A literatura a respeito da tradição da guerra justa não parece dar tanta importância ao estudo da proporcionalidade como dá ao estudo da discriminação, talvez devido à impressão de que as regras sobre a proporcionalidade são demasiado vagas e permissivas para produzirem limitações significativas. As decisões

sobre a proporcionalidade necessariamente envolvem o cálculo de probabilidades e a antecipação de conseqüências desconhecidas.[24] Por este motivo, certas batalhas históricas devem servir como uma espécie de precedente legal, providenciando ilustrações concretas das limitações que o princípio da proporcionalidade pode porventura apresentar. Este artigo propõe duas.

A primeira tem base nas observações oferecidas por James Turner Johnson sobre uma clássica batalha pela *posição* estratégica. Em 1862, o Exército da União, comandado pelo General Henry W. Halleck, deixou o Tennessee pelo sul, indo para o norte do Mississipi para se apoderar de Corinth e cortar a única linha ferroviária dos Confederados para Memphis. Apesar de Corinth conter um exército Confederado de aproximadamente

As decisões sobre a proporcionalidade necessariamente envolvem o cálculo de probabilidades e a antecipação de conseqüências desconhecidas. Por este motivo, certas batalhas históricas devem servir como uma espécie de precedente legal, providenciando ilustrações concretas das limitações que o princípio da proporcionalidade pode porventura apresentar.

70.000 homens, Halleck não planejava alcançar o seu objetivo com um ataque direto ao inimigo, mas superá-lo em manobras para que o mesmo tivesse que abandonar a cidade sem a necessidade de se travar uma grande batalha.[25] Halleck foi bem-sucedido, capturando Corinth com um mínimo de baixas, porque havia entrincheirado o seu exército em volta da maior parte da cidade, evitando circundá-la completamente para permitir a fuga dos soldados Confederados. A guerra de posição e manobra de Halleck fornece assim um exemplo apropriado do emprego de meios proporcionais na guerra.[26]

O segundo caso de proporcionalidade refere-se a uma batalha durante a II GM que implica no que se tem chamado de "estratégia de aniquilamento", aquela parte da doutrina militar dos EUA que define que o principal objetivo das operações ofensivas do Exército é a destruição das forças militares inimigas.[27] Forçar os poderes do Eixo à rendição incondicional durante a II GM exigiu a ocupação desses países, e isso só foi possível mediante a destruição da sua maquinaria de guerra.[28] No final de julho de 1944, forças norte-americanas finalmente romperam as defesas alemãs que haviam contido os aliados na Normandia. Os americanos manobraram para o sul e em seguida para o leste, surgindo na retaguarda das defesas alemãs e quase cercando um exército alemão inteiro, no que se conhece como a batalha da brecha de Argentan-Falaise.[29] As forças alemãs, em retirada de Falaise, não tinham apoio aéreo eficaz e forças aéreas e a artilharia aliadas bombardearam as colunas sem piedade, matando milhares de soldados alemães.[30] Mesmo assim, muitos conseguiram escapar e tem havido muito debate sobre se os comandantes aliados deveriam ter cercado e completamente destruído as forças alemãs lá existentes.[31] De qualquer forma, o ataque maciço e impiedoso das forças aliadas constitui-se em um argumento convincente do uso da proporcionalidade com a finalidade de destruir uma força em retirada para encurtar um conflito e minimizar a destruição a longo prazo.

A Estrada para Basra

A aplicação do princípio da proporcionalidade nesta situação começa com um resumo do que, aparentemente, aconteceu no campo de batalha em Kuwait. A primeira ação ofensiva da coalizão durante a Guerra do Golfo Pérsico teve início no dia 16 de janeiro de 1991, quando forças dos EUA lançaram mísseis de cruzeiro sobre alvos dentro do Iraque. Desde então até o dia do bombardeio sobre a estrada, as forças aéreas da coalizão realizaram milhares de surtidas contra as forças militares iraquianas.[32] As bombas causaram a morte de milhares de iraquianos mesmo antes do início das hostilidades em terra.[33]

A guerra terrestre começou no dia 24 de fevereiro de 1991, quando os fuzileiros navais dos EUA atacaram pela fronteira Kuwait/Saudita e penetraram as posições da linha de frente iraquiana ao sul da Cidade de Kuwait.[34] As forças terrestres da coalizão posicionadas mais a oeste, ao longo da fronteira saudita/iraquiana, atacaram depois diretamente dentro do Iraque com a intenção de seguir para nordeste, e depois, para leste, no flanco da posição iraquiana no Kuwait.[35] Na tarde do dia 25 de fevereiro, os fuzileiros navais se aproximavam da Cidade de Kuwait, pelo sul, apesar de estarem ainda a várias milhas de distância.[36] Naquela tarde, unidades de inteligência da coalizão detectaram o movimento de um grande número de tropas iraquianas na cidade e interceptaram ordens de retirada vindas do QG do Iraque, dando prioridade aos comandantes e aos seus estados-maiores.[37] Cidadãos do Kuwait vivendo perto da estrada observaram a coluna iraquiana saindo da cidade, com a cobertura da noite, em direção oeste para Al Jahra, onde a estrada levaria, em certo ponto, ao norte, para Basra, no Iraque.[38]

Comandantes dos EUA enviaram aeronaves para deter o comboio por meio do lançamento de minas nos dois extremos da coluna e bombardeando as viaturas na vanguarda com bombas de espargimento. Os primeiros

Fotos: Departamento de Defesa

Restos da coluna iraquiana rica em espólios que tentou fugir da Cidade de Kuwait nas horas finais da Guerra do Golfo.

ataques bloquearam a estrada antes de Al Jahra, forçando muitas das viaturas a se dispersarem pelo deserto afora.[39] Durante as horas seguintes, aviões da coalizão continuaram a bombardear as viaturas por toda a extensão da coluna paralisada, efetuando dúzias de surtidas sobre a área.[40] Os pilotos usaram várias expressões que descreviam a facilidade com que estavam bombardeando a coluna, incluindo que era como um "tiro ao alvo" e um "bombardeio esportivo".[41] No dia seguinte, um trecho de aproximadamente 2 milhas da estrada encontrava-se repleto de viaturas destruídas, quase todas carros e caminhões civis roubados da Cidade de Kuwait, muitos cheios de mercadoria tomada da cidade.[42] Apesar de divergências nos relatórios, apenas cerca de dois por cento das viaturas destruídas eram de fato carros de combate ou viaturas blindadas de transporte de pessoal.[43] Após o cessar-fogo, contaram-se aproximadamente 1.500 viaturas destruídas ou abandonadas nesse trecho de estrada. Mesmo assim, aparentemente, mais iraquianos conseguiram abandonar suas viaturas e fugir do que o número dos que foram mortos, pois só foram encontrados entre 200 e 300 corpos entre os destroços.[44]

A aplicação, aos eventos descritos acima, do princípio de proporcionalidade *jus in bello*, deve primeiro analisar a crítica com respeito ao ataque, crítica esta articulada em termos do critério da guerra justa. Uma resposta à altura, porém, demonstra a futilidade dessa crítica.

Kenneth Vaux concluiu que o ataque causou mais mortes do que o necessário para alcançar os objetivos legítimos da coalizão. Ele argumenta que enquanto, por um lado, as resoluções da ONU exigiam não menos que uma retirada incondicional do Kuwait, um objetivo

Aviões da coalizão continuaram a bombardear as viaturas por toda a extensão da coluna paralisada, efetuando dúzias de surtidas sobre a área. Os pilotos usaram várias expressões que descreviam a facilidade com que estavam bombardeando a coluna, incluindo que era como um "tiro ao alvo" e um "bombardeio esportivo".

adicional e, portanto, ilegítimo da coalizão, era o de desmantelar a capacidade militar do Iraque. Ele ainda afirma que, em vista da ordem vinda do QG central do Iraque para a retirada, e dada a idéia de que tal retirada era o único e legítimo objetivo da guerra, o bombardeio das tropas a fim de alcançar esse objetivo "só pode ser considerado um massacre."[45] O argumento de Vaux traz à tona uma pergunta relacionada ao segundo nível da análise do modelo de O'Brien: a pergunta sobre a proporcionalidade, com relação aos objetivos

fundamentais da guerra.[46]

Existem dois motivos para discordar desse julgamento. Primeiro, conforme comentado anteriormente, diminuir a capacidade do Iraque para ameaçar os seus vizinhos era, aparentemente, um objetivo legítimo da coalizão.[47] A Resolução 678 do Conselho de Segurança da ONU autorizou o uso de "todos os meios necessários", não apenas para fazer cumprir a Resolução 660 mas, também, para "restaurar a paz e a segurança internacional na área". Uma interpretação razoável desta última, autorizaria diminuir a capacidade iraquiana de fazer a guerra, não somente devido à vulnerabilidade geográfica e à pequena população do Kuwait, mas também devido ao considerável exército iraquiano, às ameaças de seus líderes, e à sua demonstrada tendência para a agressão — contra o Irã em 1980 e o Kuwait em 1990. Como argumenta Michael Walzer, "procede do argumento pela justiça que as guerras podem, de fato, terminar cedo demais. A não ser que criem 'um estado de paz melhor',(cessar-fogos) podem apenas fixar as condições sobre as quais o combate continuará, mais tarde, e com renovada intensidade."[48]

Porém, mesmo supondo que o cumprimento da Resolução 660 tenha fornecido a totalidade dos objetivos legítimos, a coalizão tinha o direito de não considerar as ordens de retirada dos iraquianos como um acatamento desses objetivos. Os líderes políticos do Iraque sabiam como satisfazer a ONU. Sabiam do significado das resoluções do Conselho de Segurança e o que era necessário para comunicar a aceitação e a obediência às mesmas. Anteriormente, em outubro de 1990, o Iraque tinha argumentado na ONU a favor de sanções por parte do Conselho de Segurança contra Israel, pela morte de palestinos que protestavam. Depois do cessar-fogo temporário em fevereiro de 1991, o Iraque ofereceu uma proposta de aceitação condicional das resoluções da ONU, relativas ao Kuwait. Quando isso fracassou, o Iraque finalmente comunicou o seu acatamento incondicional das resoluções.[49] A rigorosa interpretação de Vaux, das resoluções da ONU, por outro lado, exige que se acatem os seus termos de forma estrita e inequívoca. Portanto, a coalizão estava no seu direito de interpretar a retirada noturna dos iraquianos, sem terem aceito a Resolução 678 formal e oficialmente, como uma desobediência ao objetivo legitimo da coalizão, que exigia obediência à resolução.

Pode-se tentar comparar o objetivo limitado da ONU em querer retirar as forças iraquianas do Kuwait com a tentativa do Exército da União de capturar Corinth dos confederados, sem travar uma grande batalha. Porém, o Iraque tinha um exército substancial e a habilidade comprovada de ser uma ameaça para seus vizinhos regionais.

Segundo, a retirada na tarde de 25 de fevereiro não definiu claramente o início de uma retirada iraquiana completa e inequívoca do Kuwait. Oficialmente, o Iraque não havia aceito a Resolução 678 e continuou a resistir às forças da coalizão no momento e nos dias que se seguiram ao bombardeio.[50] Existem poucos motivos para culpar as forças da coalizão por terem interpretado a retirada iraquiana como tendo sido uma retirada tática, para uma área mais segura do campo de batalha, ou talvez uma tentativa de reforçar a parte ocidental do seu perímetro — justamente o que os líderes militares da coalizão disseram ter suspeitado.[51] De qualquer forma, a retirada não pode ser considerada nem como uma obediência *equivocada* da Resolução 678.

Outro argumento contra o bombardeio questiona o primeiro nível da análise do modelo de O'Brien: a questão sobre a proporcionalidade relativa a um fim militar legítimo e discreto autorizado pela lei internacional e pela prática militar regulamentar e razoável.[52] Jean Elshtain argumenta que o bombardeio violou os padrões de *jus in bello* porque as forças iraquianas "não tinham condições de se defender".[53] Ramsey Clark concorda, e afirma que a coalizão matou milhares de iraquianos que se encontravam "basicamente sem defesa", em violação às provisões da Convenção de Haia de 1899, que proibiram o uso da força excessiva.[54] Similarmente, e com referência específica ao bombardeio, Walzer argumenta que o mesmo foi um erro, por ter sido demasiado fácil. "'Um tiro ao alvo' não é um combate entre rivais."[55]

Uma fraca suposição sustenta essas críticas. Trata-se da idéia que, se as armas de um são superiores às do outro, isso em si torna o apertar do gatilho moralmente problemático. Por outro lado, as forças iraquianas sempre foram inferiores durante o conflito. Durante os principais confrontos blindados — em Medina Ridge e em 73 Easting — os visores termais e a maior velocidade e alcance de tiro dos carros de combate norte-americanos dizimaram as forças dos carros de combate iraquianos.[56] Um comandante de carros de combate observou que isto, também, era "mais como tiro ao alvo ".[57] Assim, pelo critério de "quando fica fácil demais", o bombardeio não deve ser considerado mais desproporcional do que qualquer outro combate da guerra terrestre. Como justificativa, Clark se apega a esta posição: A vantagem tecnológica da coalizão significa, para ele, que o uso desproporcional de força prevaleceu nas atividades que ela executou no campo de batalha.[58] Mas essa declaração vai longe demais, arriscando tornar um exército com

Brigada Tiger *(2ª Divisão Blindada) junto à Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais dos EUA.*

superioridade aérea ou blindada incapaz de combater em uma guerra justa.

Outrossim, apesar da natureza desequilibrada destes combates, as forças iraquianas tinham efetiva capacidade de combater e infligir danos, como demonstra a lista das centenas de soldados da Coalizão mortos em combate.[59] As forças iraquianas continuaram a abater aeronaves da Coalizão, durante as cem horas de duração da guerra terrestre.[60] De fato, os comandantes da Coalizão que deram as ordens para bombardear a coluna iraquiana calcularam, de antemão, que o fogo antiaéreo poderia derrubar até três aeronaves da Coalizão.[61] Portanto, sugerir que as forças iraquianas encontravam-se completamente indefesas não é correto.

Suspeitamos, naturalmente, que os críticos se preocupam com algo mais que apenas o desequilíbrio do poder de fogo entre a Coalizão e as forças iraquianas. Walzer ainda afirma que o Exército iraquiano em retirada não era uma ameaça senão para sua própria gente.[62] Por outro lado, as críticas de Clark parecem dirigir-se mais à justiça da guerra em si — "o assalto contra o Iraque foi um crime de guerra contendo milhares de atos criminosos individuais" — do que com a maneira pela qual foi combatida.[63] A questão, porém, é que o mero desequilíbrio do poder de fogo entre a Coalizão e as forças iraquianas, nesta ocasião, não reforça a sugestão de que o bombardeio não foi um ato de guerra proporcional. Em suma, um combatente inferior em número e armamento é, ainda assim, um combatente.

Não obstante as deficiências dessas críticas, deve-se ainda insistir no argumento positivo que moralmente justifica o bombardeio, e é justamente por esse motivo que as ilustrações históricas, às quais nos referimos, entram em jogo. Pode-se tentar comparar o objetivo limitado da ONU em querer retirar as forças iraquianas do Kuwait com a tentativa do Exército da União de capturar Corinth dos confederados, sem travar uma grande batalha. Porém, o Iraque tinha um exército substancial e a habilidade comprovada de ser uma ameaça para seus vizinhos regionais. Sendo que a Resolução 678 autorizava a restauração da paz e da estabilidade, justificava-se concluir que as metas mais apropriadas da guerra incluíam esforços para minimizar significativamente a habilidade iraquiana de continuar a ameaçar o Kuwait e os outros países vizinhos. De fato, de

Dada as incertezas de uma guerra, a afirmação de que os comandantes da Coalizão não sabiam qual a composição, o nível de coesão das unidades ou a intenção da coluna iraquiana é muito plausível. De fato, nem todas as tropas iraquianas estavam se retirando ou se rendendo.

Um lançador múltiplo de foguetes de 122mm soviético jaz em meio aos destroços da estrada Kuwait-Basra, março de 1991.

acordo com Johnson, o princípio da proporcionalidade "pode ser ampliado para incluir que se impeça o atacante de cometer atos similares no futuro".[64] O terreno plano e deserto entre o Iraque e o Kuwait, e o pequeno território e Exército deste último, tornavam-no especialmente vulnerável ao poder militar e à demonstrada ambição iraquiana na região. Forçar, portanto, o cumprimento da Resolução 660, exigia algo mais do que a mera liberação do território do Kuwait.[65]

Poderia então ser argumentado que o objetivo de minimizar a capacidade iraquiana de ameaçar o Kuwait lembra a perseguição ao Exército alemão por parte das forças aliadas em Argentan-Falaise. Mas a Resolução 678 não era uma licença para exigir a rendição incondicional do Iraque. Os líderes militares norte-americanos haviam inclusive planejado levar a guerra até Bagdá, mas a improbabilidade do sucesso e o prospecto duvidoso do apoio doméstico e internacional levaram ao cancelamento desse plano.[66] Além disso, como a Coalizão provavelmente não queria criar um vácuo de poder na região, a destruição total das forças iraquianas não era considerada uma opção viável.

Como resultado, o bombardeamento da retirada iraquiana encontra-se em meio a essas duas ilustrações. Fez parte de um conflito que foi mais que uma batalha por uma posição estratégica e menos que uma guerra de aniquilação. Ainda assim, a situação condiz com o argumento de Walzer de que um cessar-fogo cedo demais não serve ao propósito da guerra justa quando apenas fixa as condições sob as quais as hostilidades podem recomeçar no futuro.[67] Em 1980 o Iraque havia invadido o Irã, sem justificativa. Em 1990, fez o mesmo no Kuwait. Durante a guerra, o Iraque disparou mísseis *Scud* indiscriminadamente contra Israel e a Arábia Saudita.[68] Deixar de infligir danos sérios à maquina de guerra do Iraque poderia arriscar a repetição destas ações.[69] Bombardear a coluna iraquiana que, presumivelmente, continha as unidades de comando das forças iraquianas que haviam ocupado a Cidade de Kuwait, pode, desta maneira, ser considerada como parte da tentativa legítima, por parte das forças da coalizão, de infligir o tipo de danos às forças armadas iraquianas que resultaria no que Walzer chamaria de "um melhor estado de paz", uma vez que um cessar-fogo entrasse em vigor. Enfraquecer o poderio militar iraquiano portanto asseguraria o contínuo cumprimento da Resolução 660, e outras resoluções pertinentes, por meio da redução da capacidade iraquiana para poder repetir suas agressões. Assim, fica satisfeito o segundo nível da análise de proporcionalidade de O'Brien: se o dano for proporcional ao objetivo da guerra, equilibre os prováveis prós e contras com a probabilidade do sucesso.

Destroços do 18º Esquadrão de Cavalaria de Reconhecimento, fotografados por um fotógrafo alemão durante a Ofensiva das Ardenas três meses depois de Falaise. A coluna foi destruída ao norte de Poteau, na Bélgica, no dia 18 de dezembro de 1944.

O bombardeamento não parece ter sido desproporcional com relação ao contexto imediato da batalha em andamento. Os comandantes da Coalizão justificaram o ataque como uma tentativa de frustrar um possível deslocamento de reforços ou de um reagrupamento de forças iraquianas em outra parte do campo de batalha.[70] Dada as incertezas de uma guerra, a afirmação de que os comandantes da Coalizão não sabiam qual a composição, o nível de coesão das unidades ou a intenção da coluna iraquiana é muito plausível. De fato, nem todas as tropas iraquianas estavam se retirando ou se rendendo. Apesar da campanha aérea ter desgastado severamente as posições iraquianas ao longo da fronteira saudita, outras forças ao norte e oeste mantinham grande parte de suas capacidades de combate. Mesmo depois do bombardeamento, unidades blindadas iraquianas se postaram em posições defensivas ao oeste da fronteira do Kuwait e engajaram as forças norte-americanas.[71] Além disso, as forças da Coalizão estavam atacando uma coluna de viaturas e não os inúmeros soldados que haviam abandonado suas armas e perambulavam pelo deserto.[72]

Finalmente, apenas o fato de se ter superioridade tecnológica ou tática sobre as forças inimigas não deve pôr em dúvida o que a maioria consideraria lógico esperar ou aceitar, moralmente, em uma guerra convencional moderna. Erra o soldado que lança uma granada de morteiro de longo alcance contra forças inimigas, incapazes de retribuir o ataque por não terem armas com o mesmo alcance? Foram justificadas as aeronaves aliadas, após terem conseguido a superioridade aérea na França, por bombardear os exércitos alemães em retirada, sem misericórdia, ou mesmo por atacarem o veículo "indefeso" de Rommel? Que a coalizão tivesse alcançado a superioridade aérea e pudesse bombardear praticamente à vontade, não devia provocar mais questões sobre moralidade do que a superioridade tática e aérea aliada durante os últimos dias da II Guerra Mundial. A estratégia militar regulamentar exige o bombardeamento de um exército em retirada para impedir a reorganização de forças para um contra-ataque ou a consolidação de uma melhor linha defensiva.[73] Não há argumento razoável que defina tal conduta como violação da lei internacional.[74] Portanto, aparentemente, o bombardeamento satisfez o primeiro nível do modelo de O'Brien: os danos foram proporcionais a um fim militar discreto e legítimo, à luz da lei internacional e da prática militar regulamentar.

A discussão acima não aborda o que poderia ser a questão mais importante, ou seja, se outra ação, que não

o bombardeamento da coluna iraquiana de forma tão impiedosa, poderia ter alcançado as metas legítimas da coalizão. Temos três respostas. Primeiro, não está claro que o critério da proporcionalidade exige que se estudem todas as possíveis alternativas em meio à batalha. Esta pode parecer uma resposta demasiado formal à pergunta, mas faz sentido no mundo real. Nem sempre é possível considerar alternativas em meio a uma batalha. Walzer observa, corretamente, que a proporcionalidade é muitas vezes tão ligada às considerações militares que arrisca padronizar os julgamentos de militares profissionais.[75] Porém, não existem alternativas sensatas e só nos resta permitir aos comandantes em campanha uma margem de erro na maioria dos casos, particularmente quando, como neste, havia uma resistência inimiga contínua por todo o teatro das operações.

Segundo, as únicas alternativas concretas neste caso poderiam ter sido o uso de menos força, ou, simplesmente ter permitido que a coluna iraquiana seguisse o seu caminho sem interferência. Dadas as metas presumivelmente legítimas da Coalizão, ambas as alternativas teriam sido irresponsáveis. Uma guerra justa deve ser travada e vencida e isso inclui o uso da força decisiva para alcançar objetivos legítimos. As forças de Coalizão emboscaram e similarmente atacaram outras colunas iraquianas em retirada durante a guerra terrestre.[76] Ter permitido a retirada de algumas ou de todas as colunas, com o seu equipamento e organizações intactas, poderia ter colocado em risco não apenas as outras forças da Coalizão engajadas em combate, mas também o povo do Kuwait, a quem os soldados em retirada poderiam continuar ameaçando no futuro. Dado o tamanho relativo e a força do poderio militar do Iraque antes da guerra, a Coalizão estava justificada em considerar qualquer unidade organizada ocupando o Kuwait como uma futura ameaça em potencial à integridade territorial e política daquela nação.

Terceiro, a questão sobre alternativas não pode ser abordada senão de forma abstrata. Podemos ponderar se o último tiro desfechado na guerra foi absolutamente necessário. A resposta quase certamente seria "provavelmente não". Mas isso parece forçar a análise que determinaria se o tiro extrapolou as legítimas metas da guerra, só porque foi desfechado.

As ações da Coalizão ao longo da estrada para Basra foram justificadas. O dano previsto — neutralizar a coluna iraquiana em retirada da Cidade de Kuwait — não violou a lei internacional e foi proporcional ao fim militar discreto e legítimo — desorganizar a liderança militar iraquiana no teatro do Kuwait e impedir um reagrupamento ou reforço de forças iraquianas em outras áreas. Os danos foram proporcionais ao objetivo de assegurar a estabilidade regional por meio da diminuição da futura ameaça potencial das forças iraquianas. A ação não foi claramente desproporcional, mesmo em relação ao objetivo mais limitado do cumprimento eficiente da Resolução 660 do Conselho de Segurança da ONU — a redução da capacidade iraquiana para poder repetir as suas agressões em um futuro próximo.

Este estudo mostra como a justificativa ética da doutrina de perseguição do Exército pode parecer se for expressa em termos de idéias sobre a guerra justa. A tradição do critério da guerra justa pode, compreensivelmente, abordar dúvidas importantes trazidas à tona pela atual doutrina militar, e pelo grande poder destrutivo do armamento moderno. Pode também prover uma base funcional para a reflexão ética sobre o uso da força decisiva contra combatentes. Os líderes militares e políticos devem prestar atenção ao critério da guerra justa e à sua relevância relativa ao conflito armado, moderno e convencional. ***MR***

Referências

1. Departamento de Defesa, Conduta da Guerra do Golfo Pérsico: Relatório Final ao Congresso (abril 1992), pp. 276, 514 e 631-32; e Michael R. Gordon e Bernard E. Trainor, *The Generals' War: The Inside Story of the Conflict in the Gulf* (Boston: Little, Brown & Company, 1995), pp. 369-70.

2. William Claiborne e Caryle Murphy, "Retreat Down Highway of Doom: US Warplanes Turned Iraqis' Escape Route Into Deathtrap," Washington Post, 2 de março de 1991, seção A, p. 1.

3. *Conduct of the Persian Gulf War,* pp. 631-32.

4. Ramsey Clark, *The Fire This Time: US War Crimes in the Gulf* (New York: Thunder's Mouth Press, 1992), p. 54; e Kenneth L. Vaux, *Ethics and the Gulf War: Religion, Rhetoric, and Righteousness* (Boulder, CO: Westview Press, 1992), p. 33.

5. Para uma discussão sobre a tradição ética do critério da guerra justa, ver James Turner Johnson, *Just War Tradition and the Restraint of War: A Moral and Historical Inquiry* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1981); Walters, LeRoy Brandt, *Five Classic Just-War Theories: A Study in the Thought of Thomas Aquinas,* Vitoria, Suarez, Gentili, e Grotius (New Haven, CT: Yale University Press, 1973); e Paul Ramsey, *War and the Christian Conscience: How Shall Modern War be Conducted Justly?* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1961).

6. Jean Bethke Elshtain, "Just War as Politics: What the Gulf War Told Us About Contemporary American Life," em *But Was It Just? Reflections on the Morality of the Persian Gulf War,* editada por David E. DeCosse (New York: Doubleday, 1992), p. 53.

7. Michael Walzer, "Justice and Injustice in the Gulf War," em But Was It Just? Reflections on the Morality of the Persian Gulf War, editado por David E. DeCosse (New York: Doubleday, 1992), p. 14.

8. Manual de Campanha do Exército dos EUA FM 100-7, *Decisive Force: The Army in Theater Operations* (Washington, DC: Government Printing Office [GPO], maio de 1995). Ver o capítulo 4 do Manual de Campanha FM 71-100, *Division Operations* (Washington, DC: GPO, agosto de 1996) ("O objetivo da perseguição é de completamente destruir a força oposta."); e o Manual de Campanha FM 6-20-30, Táticas, Técnicas, e Procedimentos para o Apoio de Fogo nas Operações de Corpo e Divisão (Washington, DC: GPO, outubro de 1989) "O objetivo da perseguição é manter uma pressão impiedosa sobre o inimigo e destruí-lo completamente".

9. Gordon e Trainor, pp. 413-16; Rick Atkinson, *Crusade: The Untold Story of the Persian Gulf War* (Boston, MA: Houghton Mifflin Co., 1993), p. 470; e US News & World Report, *Triumph Without Victory: The Unreported History of the Persian Gulf War* (New York: Random House, Inc., 1992), pp. 395-96.

10. O critério *jus ad bellum* geralmente inclui os requisitos da justa causa; autoridade legítima; intenção correta; probabilidade de sucesso; proporcionalidade; e último recurso. Alguns partidários da ética incluem outros critérios como a justiça comparativa e uma declaração sobre as metas da guerra. Ver a Conferência Nacional dos Bispos Católicos, "The Challenge of Peace: God's Promise and Our Response," em *Just War Theory*, editada por Jean Bethke Elshtain (New York: New York University Press, 1992), pp. 97-104; e John Howard Yoder, *When War is Unjust: Being Honest in Just War Thinking* (Maryknoll, NY: Orbis Books, 1996), pp. 147-61.

11. Michael Walzer, *Just and Unjust Wars* (New York: Basic Books, 1977), pp. 138-59. Um estudo clássico sobre o princípio da discriminação é o de John C. Ford, "The Morality of Obliteration Bombing," *Theological Studies* p. 5 (setembro de 1944).

12. Gordon e Trainor, p. 369; e Lawrence Freedman e Efraim Karsh, *The Gulf Conflict* 1990-1991: *Diplomacy and War in the New World Order* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993), p. 402.

13. James Turner Johnson, *Can Modern War Be Just?* (New Haven, CT: Yale University Press, 1984), p. 58.

14. Com relação ao *jus in bello*, também existe um princípio de proporcionalidade que age como resultado do princípio da discriminação. Este princípio proíbe um ataque a um alvo militar, caso mortes ou ferimentos decorrentes e não intencionais de civis sejam desproporcionais aos benefícios do ataque. Richard J. Regan, *Just War: Principles and Cases* (Washington, DC: Catholic University of America Press, 1996), pp. 95-98; Ramsey, *War and the Christian Conscience*, p. 43. Foi apenas neste sentido que a justificativa militar sobre a conduta da guerra discutiu o princípio da proporcionalidade. Ver *Conduct of the Persian Gulf War*, pp. 611-12.

15. Johnson, *Can Modern War be Just*?, p. 120.

16. James Turner Johnson, *Just War Tradition*, p. 198.

17. Paul Ramsey, *The Just War: Force and Political Responsibility* (Savage, MD.: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 1983), p. 440 e 469; Johnson, *Can Modern War Be Just*?, p. 145; e John Langan, "An Imperfectly Just War," em *War in the Twentieth Century: Sources in Theological Ethics*, editada por Richard B. Miller (Louisville, KY: Westminster/John Knox Press, 1992), p. 465 (assegurando que é "possível matar os soldados inimigos sem necessidade ou benefício proporcional").

18. William V. O'Brien, *The Conduct of Just and Limited War* (New York: Praeger Publishers, 1981), pp. 40-42.

19. Resolução 660 do Conselho de Segurança, 45 *UN SCOR* 19, 2932ª reunião, Documento da ONU S/RES/660 (1990); e Resolução 678 do Conselho de Segurança, 45 *UN SCOR* 27, 2963ª reunião, Documento da ONU S/RES/678 (1991). Todas as resoluções pertinentes da ONU encontram-se no Apêndice B da *Conduct of the Persian Gulf War*, pp. 319-31.

20. Vaux, 5; e Steve Coll e William Branigan, "US Scrambled to Shape View of Highway of Death," em *The Media and the Gulf War,* editada por Hedrick Smith (Washington, DC: Seven Locks Press, 1992), p. 208.

21. Atkinson, 208; e Gordon e Trainor, p. 476.

22. George Weigel, "From Last Resort to Endgame: Morality, the Gulf War, and the Peace Process," p. 23 e 26; e James Turner Johnson, "Just War Tradition and the War in the Gulf," p. 450.

23. Ramsey, *The Just War*, p. 467 e pp. 470-76.

24. Johnson, *Just War Tradition*, p.198; e Alan Geyer e Barbara G. Green, *Lines in the Sand: Justice and the Gulf War* (Louisville, KY: Westminster/John Knox Press, 1992), p. 147

25. James McPherson, *Battle Cry of Freedom: The Civil War Era* (New York: Oxford University Press, 1988), pp. 416-17

26. Johnson, *Just War Tradition*, pp. 284-91.

27. Atkinson, p. 452. Para um exemplo, ver a discussão em "Aims" (Objetivos) na seção sob o título "Offense in Conventional Conditions" capítulos 4 e 5 do Manual de Campanha *FM* 100-61, *Armor- and Mechanized-Based Opposing Force Operational Art* (Washington, DC: GPO, janeiro de 1998).

28. Martin Blumenson, *United States Army in World War II. The European Theater of Operations: Breakout and Pursuit* (Washington, DC: Office of the Chief of Military History, Department of the Army, 1961), p.7.

29. *Ibid*., pp. 247-335 e 479-527.

30. *Ibid*., pp. 555-58; Carlo D'Este, *Decision in Normandy* (New York: Harper Collins Publishers, 1983), pp. 429-31; e Max Hastings, *Overlord: D-Day and the Battle for Normandy* ((New York: Simon & Schuster, 1984), pp. 300-06.

31. Dwight D. Eisenhower, *Crusade in Europe* (Garden City, NY: Doubleday & Co., Inc., 1948), pp. 278-79 (reconhecendo o fracasso dos aliados em tentar alcançar "uma batalha de aniquilação total"); Carlo D'Este, pp. 459-60; e Max Hastings, pp. 313-15.

32. Kevin Hutchison, *Operation Desert Shield/Desert Storm* (Westport, CT: Greenwood Press, 1995), p. 68 and pp. 83-130.

33. Michael Mazarr, Don Snider e James Blackwell, *Desert Storm: The Gulf War and What We Learned* (Boulder, CO: Westview Press, 1993), pp.131-32.

34. *Conduct of the Persian Gulf War,* pp. 265-67.

35. Mazarr, Snider, e Blackwell, pp.136-46.

36. *Conduct of the Persian Gulf War*, pp. 273-76.

37. Gordon e Trainor, p. 369.

38. Coll e Branigan, p. 206; Freedman e Karsh, p. 402.

39. Gordon e Trainor, p. 370; Atkinson, p. 451; e *Conduct of the Persian Gulf War*, p. 361.

40. Coll e Branigan, p. 204; Gordon e Trainor, p. 370; Hutchison, p. 30; e US News & World Report, pp. 347-49.

41. Claiborne e Murphy, A10; e Atkinson, p. 451.

42. Mazarr, Snider, e Blackwell, p. 146; e Gordon e Trainor, p. 370.

43. Atkinson, p. 451. Os militares afirmaram que mais de 200 carros de combate do Iraque foram destruídos durante o bombardeio. *Conduct of the Persian Gulf War*, p. 631. A propósito, a estimativa mais baixa, de 2 por cento, serve.

44. Atkinson, p. 451; Coll e Branigan, pp. 204-05; Gordon e Trainor, p. 370; Freedman e Karsh, p. 408; e US News & World Report, p.409.

45. Vaux, pp. 2-5 e p. 33.

46. O'Brien, pp. 40, 42.

47. Weigel, pp. 23, 26; e Johnson, "Just War Tradition and the War in the Gulf," p. 450.

48. Walzer, *Just and Unjust Wars*, p.123.

49. Dilip Hiro, *Desert Shield to Desert Storm: The Second Gulf War* (New York: Routledge, Chapman e Hall, Inc., 1992), p. 211 e p. 392; e Hutchison, p. 133.

50. Gordon e Trainor, pp. 387-95; e *Conduct of the Persian Gulf War*, pp. 276-82.

51. *Conduct of the Persian Gulf War*, p. 514; e Coll e Branigan, p. 208.

52. O'Brien, pp. 40 e 42.

53. Elshtain, "Just War as Politics," p. 53.

54. Clark, pp. 38, 170 e 178.

55. Walzer, "Justice and Injustice in the Gulf War," p. 14.

56. Robert H. Scales, Jr., *Certain Victory: The US Army in the Gulf War* (Washington, DC: Brassey's, Inc., 1994), pp. 261-62 e pp. 298-300; *Conduct of the Persian Gulf War*, pp. 750-51; Atkinson, p. 466; e Gordon e Trainor, pp. 407-08.

57. Gordon e Trainor, p. 408.

58. Clark, pp.38-39 e 50.

59. *Conduct of the Persian Gulf War*, pp. 313-17.

60. Atkinson, pp. 456-57; Hutchison, pp. 127 e 134; e Freeman e Karsh, p. 402.

61. Gordon e Trainor, p. 370.

62. Walzer, "Justice and Injustice in the Gulf War," p.14. Isto provavelmente não é verdade. Depois de cessadas as hostilidades, o Iraque continuou a ameaçar o Kuwait com, entre outras coisas, o posicionamento de grande número de tropas perto da fronteira entre os dois países. *Security Council Resolution* 949 (Resolução 949 do Conselho de Seguraça), 49 *UN SCOR*, 3438ª reunião, Documento da ONU S/RES/949 (1994) (condenando recentes desdobramentos de militares iraquianos perto do Kuwait e reconhecendo-os como uma ameaça à paz e a estabilidade da região.)

63. Clark, p. 206.

64. Johnson, *Can Modern War Be Just*?, p.58.

65. Para uma discussão a respeito dos desafios apresentados pelo terreno plano do deserto à estratégia de defesa, ver a seção III do capítulo 3 do Manual de Campanha FM 90-3, *Desert Operations* (Washington, DC: GPO, agosto de 1993). Conforme explica o Manual de Campanha *FM* 90-3, com exceção de certos casos tais como passos de montanhas e portos, a retenção do terreno normalmente faz pouca diferença no resultado final de uma campanha no deserto. Por outro lado, a destruição das forças inimigas vem a ser o elemento mais importante.

66. Gordon e Trainor, pp.450-54.

67. Walzer, *Just and Unjust Wars,* p.123.

68. Freedman e Karsh, pp.307-09.

69. Weigel, pp. 23 e 27.

70. Coll e Branigan, p. 208. Excluído o objetivo de simplesmente evitar o combate, os propósitos de uma retirada podem muito bem implicar na concentração de forças em outro local, na preparação de uma melhor defesa, ou até mesmo em manobrar o oponente para uma posição desfavorável que o torne mais vulnerável a um contra-ataque. Ver o capítulo 11 do Manual de Campanha *FM* 100-5, *Operations*.

71. *Conduct of the Persian Gulf War*, pp. 514 e 632; Gordon e Trainor, pp. 387-95; e US News & World Report, pp.334-36.

72. *Conduct of the Persian Gulf War*, p. 631. De fato, a coalizão havia distribuído folhetos na retaguarda das linhas do Iraque informando às tropas iraquianas que não dispariam nelas se abandonassem suas viaturas.

73. *Conduct of the Persian Gulf War*, pp.276 e 514.

74. Atkinson, p. 452; Walzer, "Justice and Injustice in the Gulf War," p.14; e *Conduct of the Persian Gulf War*, pp.631-32.

75. Walzer, *Just and Unjust Wars*, pp.129-30.

76. Atkinson, pp.482-83; e Clark, pp.48 e 54.

Stacy R. Obenhaus é graduado da Perkins School of Theology, Southern Methodist University *e é advogado especializado em apelações civis e criminosas nos tribunais estaduais e federais. É bacharel pela* Oklahoma Christian College *e tem um Doutorado em Jurisprudência pela* University of Texas School of Law*, onde também era editor da Texas Law Review.*